

**ATA DA 4ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DA EMPRESA DE
PESQUISA ENERGÉTICA - CONCEPE
REALIZADA NO DIA 29 DE OUTUBRO DE 2009**

Preâmbulo. Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e nove, às dez horas, no Centro de Convenções do Hotel Guanabara, localizado na Avenida Presidente Vargas, nº 392, Centro, Rio de Janeiro, RJ, reuniu-se o **Conselho Consultivo da Empresa de Pesquisa Energética – CONCEPE**, instituído na forma da Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004, e do Estatuto Social da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, constituído nos termos da Portaria nº 333, de 05 de dezembro de 2007, do Ministro de Estado de Minas e Energia, e convocado pelo seu Presidente. Estiveram presentes os membros do Conselho Consultivo, os Senhores **ALÍSIO JACQUES MENDES VAZ, CESAR WEINSCHENCK FARIA, CARLOS ROBERTO SILVESTRIN, DANIEL DE MORAES ANDRADE, FERNANDO LUIZ ZANCAN, JÂNIO VITAL STEFANELLO, JOÃO CARLOS FRANÇA DE LUCA, LUIZ CARLOS SILVEIRA GUIMARÃES, LUIZ FERNANDO LEONE VIANA, OSCAR MARCONDES PIMENTEL, SÉRGIO VALDIR BAJAY e XISTO VIEIRA FILHO.** Participaram da reunião, pela EPE, o seu presidente **MAURÍCIO T. TOLMASQUIM** e os diretores **AMÍLCAR GUERREIRO, IBANÊS CÉSAR CÁSSEL, GELSON BAPTISTA SERVA e JOSÉ CARLOS DE MIRANDA FARIAS;** participaram, ainda, como convidados, **PAULO SÉRGIO MACHADO RIBEIRO**, Subsecretário de Desenvolvimento Minerometalúrgico e Política Energética da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais, **EDMUNDO ALFREDO POCHMANN DA SILVA e EDSON REAL**, Assessores da ABRAGET, **EDMUNDO F. DA SILVA**, Assessor do Fórum Nacional de Secretários de Estado para Assuntos de Energia e **MARIA EURIZA CARVALHO**, Consultora Jurídica da EPE.

Abertura. A reunião foi aberta pelo **Presidente do CONCEPE, LUIZ CARLOS SILVEIRA GUIMARÃES**, que agradeceu a presença dos integrantes do Conselho. Em seguida, indicou a mim, **DENILVO MORAIS**, para secretariar a reunião, em observância ao disposto no art. 6º e parágrafo único, da Portaria MME nº 333/2007. Na seqüência, o Presidente apresentou a pauta da reunião, já enviada aos membros do Conselho, constituída dos seguintes itens: **(1) Marco Regulatório do Pré-Sal - Apresentação da EPE; (2) Avaliação dos Efeitos da Lei do Gás na Expansão da Oferta de Energia Elétrica - Apresentação da ABRAGET; (3) Considerações sobre o foco de atuação do CONCEPE/EPE - Apresentação da Câmara Setorial de Consumidores e Comunidade Científica; e (4) Outros Assuntos.**



Desenvolvimento da Reunião. O **Conselheiro XISTO VIEIRA FILHO** pediu a palavra e solicitou a inversão da pauta para que os debates fossem iniciados pelo item **(2) Avaliação dos Efeitos da Lei do Gás na Expansão da Oferta de Energia Elétrica - Apresentação da ABRAGET.** O **Presidente do Conselho** consultou os presentes e a proposta foi aceita por todos.

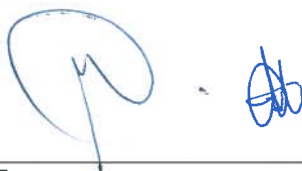
Iniciou-se, então, a apreciação dos assuntos da pauta:

1) **Avaliação dos Efeitos da Lei do Gás na Expansão da Oferta de Energia Elétrica.** O **Conselheiro XISTO VIEIRA FILHO** afirmou que a ABRAGET tem estudado a Lei do Gás e o como ela influenciará o setor elétrico. Convidou **EDSON REAL**, Assessor da ABRAGET para fazer apresentação, cuja íntegra está anexa a esta Ata. Na apresentação foi destacado que, embora a Lei do Gás e sua regulamentação possam promover o desenvolvimento da oferta de Gás Natural para novos empreendimentos de Geração Termelétrica, as regras atuais de contratação de geração não provêem as condições necessárias para desenvolvimento de empreendimentos de grande vulto. Foi dito ser necessária a reformulação do Planejamento Energético do País, corrigindo-se os seguintes pontos: a) desenvolvimento de um sistema hidrotérmico com geração térmica na base; (b) adequação dos preços-teto dos leilões; e (c) realização dos leilões, por fonte e por submercado. O **Conselheiro XISTO VIEIRA FILHO**, após frisar se tratar de uma avaliação ainda preliminar, corroborou as conclusões sobre a necessidade de reformulação do Planejamento Energético brasileiro. O presidente da EPE, Sr. **MAURÍCIO TOLMASQUIM**, ao refletir sobre o tema, afirmou que o que deveria nortear a expansão do país, dentre outros aspectos a serem considerados, seria a modicidade tarifária. Defendeu que, por mais que relevante a expansão da indústria do gás, ela não poderia ser feita com base em artificialidades, mesmo que fossem na forma de um instrumento para viabilizar a interiorização do gás. Afirmou que a térmica a gás, na base, ainda é muito cara e, ainda não competitiva. Operando na base, nas palavras do Sr. **MAURÍCIO TOLMASQUIM**, a térmica a gás é, ainda, mais cara do que as térmicas a carvão e, até mesmo, do que a Nuclear. O **Conselheiro DANIEL DE MORAES ANDRADE** fez um questionamento sobre a possibilidade das fontes mais baratas, que estão em seu limite, virem a atender a expansão do sistema. O **Conselheiro XISTO VIEIRA FILHO**, embora concordando com o sr. Tolmasquim, afirmou que, nos dias de hoje, o Brasil queima 13 milhões de metros cúbicos de gás por dia, ao invés de utilizá-los para gerar energia e perguntou: será que o gás que está sendo queimado tem o mesmo preço do que está sendo oferecido para a geração? **MAURICIO TOLMASQUIM**, respondendo ao Sr. Xisto, afirmou que essa queima é conjuntural e, portanto, distinta daquela que, tecnicamente, seria necessária para o suprimento de uma termelétrica. Afirmou, ainda, que, apesar de tudo, a térmica já estaria se inserindo na matriz, gradativamente, dadas às conhecidas restrições quando ao tamanho dos reservatórios e, finalizando, asseverou que deveríamos ser



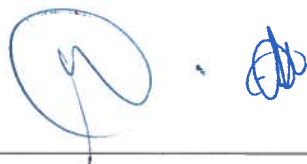
cautelosos com relação a criação de leilões por fonte, dado que este modelo termina por perder o sinal de preço ao mercado, ou seja, que não seria a opção mais econômica para a sociedade. **O Conselheiro XISTO VIEIRA FILHO** externou que o custo do déficit deveria ser levado em consideração nestas projeções. Para **CARLOS ROBERTO SILVESTRIN**, ainda antes do pré-sal, no final de 2010, o Brasil chegará a 20 milhões de metros cúbicos de oferta estrutural e entrará num ciclo em que a geração distribuída se tornará muito importante para o sistema, como por exemplo na Copa do Mundo de 2014 e nos Jogos Olímpicos de 2016, onde o suprimento energético deverá ter um novo enfoque. Silvestrin lembrou também a questão ambiental, informando sobre as solicitações que vem recebendo da Indústria querendo comprar energia de fonte sustentável. Para **MAURICIO TOLMASQUIM** nós teremos muito gás, mas é preciso avaliar qual será seu preço final. O Diretor da EPE, **JOSÉ CARLOS DE MIRANDA FARIAS**, solicitando a palavra, fez duas observações: (i) para o gás associado, o setor elétrico já tem uma aposta que é o leilão A-3; (ii) por outro lado, a oferta de gás está mudando e, hoje, a Petrobrás já oferta gás nacional para o próximo leilão de leilão A-5. **O Conselheiro SÉRGIO VALDIR BAJAY** fez três observações: (i) sobre a necessidade de que se tenha estratégias políticas de longo prazo para o carvão e para o gás; (ii) sobre as limitações dos cálculos do ICB e sobre a necessidade de melhoria da interface entre o planejamento de médio e longo prazo; (iii) e sobre a necessidade de se buscar a otimização das redes de energia elétrica e de gás, haja vista que os estudos disponíveis indicam que teremos uma bolha de gás nos próximos anos. A EPE deverá se preparar para esta nova situação. **O Conselheiro FERNANDO LUIZ ZANCAN** afirmou que, no curto prazo, o carvão terá um custo mais acessível e que seria inadmissível aumentos de custo de energia elétrica devido à questões climáticas. Afirmou, ainda, que o preço do gás não é competitivo com o do carvão. **O Conselheiro JOÃO CARLOS FRANÇA DE LUCA** observou que na 24ª Conferência Mundial de Gás, realizada no início deste mês, em Buenos Aires (Arg) foi enfatizado: (i) o fortalecimento dos mercados regionais; (ii) a descoberta de gás de basalto nos EUA; e (iii) o casamento entre o gás natural e as energias renováveis, o que trará impactos no preço do gás.

2) Marco Regulatório do Pré-Sal - Apresentação da EPE. **O Presidente do Conselho, LUIZ CARLOS SILVEIRA GUIMARÃES**, passou a palavra ao presidente da EPE, **MAURICIO TOLMASQUIM**, que discorreu sobre a forma da distribuição do petróleo no mundo; sobre o que seria a província do pré-sal; sobre os sistemas regulatórios de exploração e produção existentes; sobre as motivações para a mudança no marco regulatório no Brasil; sobre o novo modelo de partilha proposto; sobre as propostas de criação de uma nova empresa pública, a Petro-Sal e sobre a criação do Fundo Social. Concluindo, apresentou uma síntese das vantagens do modelo, conforme proposto. A íntegra da apresentação encontra-se em anexo. Em seguida, o **Conselheiro**



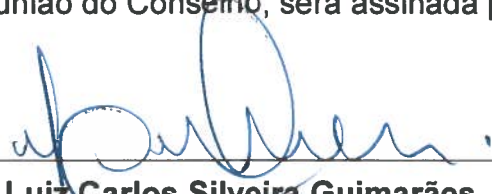
JOÃO CARLOS FRANÇA DE LUCA externou que a entidade que ele representa, o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis – IBP, apoiou a decisão do governo de retirar os blocos do pré-sal das rodadas de licitações e encaminhou para todas as autoridades os estudos do IBP mostrando que era possível atingir os objetivos do Governo com o aumento das participações especiais, sem ter a necessidade de mudar a Lei de Concessões. Em assumindo que o modelo de partilha será aprovado, disse, com relação aos riscos da área do pré-sal, que existem áreas nas quais, de fato, o risco é baixo mas que existem, igualmente, áreas em que há algum risco, as quais poderiam ser operadas por operadores privados. Disse apoiar integralmente a capitalização da Petrobrás, na medida em que esta providência aumenta sua capacidade operacional e destacou que a única divergência do IBP é quanto a operação única para tudo. Externou que o poder de veto da Petrosal é exagerado e traz desequilíbrios. O presidente da EPE, com a palavra, reafirmou que há um grau de convergência enorme entre a proposta do Governo e a da Indústria, ou seja, que as divergências são pequenas. Para o **Conselheiro JOÃO CARLOS FRANÇA DE LUCA**, o modelo poderá inibir algumas empresas brasileiras de operar em algumas áreas. O **Conselheiro CARLOS ROBERTO SILVESTREIN** manifestou sua preocupação quanto ao impacto do pré-sal na Matriz Energética e na capacitação profissional, pois este assunto está sendo pouco discutido, bem como, o impacto na indústria e nas plataformas, sugerindo que este tema deveria ser trazido para debate. O sr. **MAURICIO TOLMASQUIM** afirmou que o desenvolvimento do pré-sal e o que ele representa para o crescimento econômico do país obriga necessariamente o controle do governo. Defendeu, sobre o impacto na matriz, que o pré-sal não significará o descarte do etanol, podendo ajudar a produção térmica a gás, caso o preço do gás se torne competitivo. Informou que a maior parte do Petróleo deverá ser exportada.

(3) Considerações sobre o foco de atuação do CONCEPE – Apresentação da Câmara Setorial de Consumidores e Comunidade Científica. O **Presidente do CONCEPE, LUIZ CARLOS SILVEIRA GUIMARÃES**, passou a palavra ao **Conselheiro OSCAR MARCONDES PIMENTEL**, que explanou sua visão de como deveria ser a participação dos Conselhos de Consumidores e a da Comunidade Científica no CONCEPE e sua intenção de aumentar sua contribuição ao Conselho, de modo a, efetivamente, ajudar a EPE. Defendeu uma maior participação das entidades e aproveitou para questionar: (i) sobre a forma pela qual a EPE incorpora, no PNE e no Plano Decenal, as políticas energéticas definidas pelos órgãos governamentais; (ii) sobre os principais objetivos almejados pela EPE na elaboração de seus planos e como ela trata os objetivos conflitantes; (iii) sobre a quantificação, pela EPE, dos impactos, em termos de custos, preços e tarifas, de eventuais novas políticas públicas que afetem o setor energético, como é o caso presente da proposta do MMA; (iv) sobre a questão da viabilização das fontes alternativas de energia (eólica, solar e nuclear); e (v) sobre a visão da EPE quanto a promoção de seminários



temáticos, envolvendo as diversas fontes energéticas. O **Conselheiro SÉRGIO VALDIR BAJAY**, complementando, que a EPE deveria agendar Seminários Temáticos, da mesma forma com o que foi feito com o carvão, para servir como forma de discussão. Destacou que a comunidade científica poderia dar contribuições para a melhoria da abordagem metodológica e, relativamente à quantificação dos impactos aos consumidores, sugeriu um maior entrosamento com a ANEEL e com a ANP. Por último, com relação ao Planejamento Energético, manifestou sua opinião positiva quanto aos avanços havidos nos últimos anos e destacou que a EPE deveria distinguir o que é Política de Governo e qual é o espaço que se tem para planejar. Para o presidente da EPE, **MAURICIO TOLMASQUIM**, o CONCEPE foi criado como forma de consolidar e repassar à EPE as contribuições setoriais. Disse que o papel do Planejador é o de tomar decisões com base num leque de opções que vêm a tona em determinados momentos. Considerou que a idéia dos Seminários é válida e poder-se-ia trilhar neste caminho, como é o caso da reunião de hoje. Destacou que a questão do impacto nos preços é normalmente feita por meio de uma análise entre as fontes e que estaria solicitando, internamente na EPE, um estudo para comparar as tarifas a nível internacional, assunto sabidamente muito complexo. O **Presidente do CONCEPE, LUIZ CARLOS SILVEIRA GUIMARÃES** afirmou que a criação dos grupos setoriais teve como objetivo tentar produzir conteúdo para a EPE de forma sistemática mas que, infelizmente, não vem dando certo. Sugeriu, como alternativa, que se tentasse, para a próxima reunião, seja por parte da EPE, seja por parte das entidades, a colocação de temas, para debates, como já ocorrera com as apresentações do Xisto e do Zancan, nas duas últimas reuniões. **SÉRGIO VALDIR BAJAY** sugeriu que entre as reuniões ordinárias, a cada 6 meses, fosse organizada uma atividade intermediária e **EDMUNDO F. DA SILVA**, em nome do Fórum Nacional de Secretários de Estado para Assuntos de Energia afirmou, que o Fórum tem a intenção de sugerir temas para debate, com o objetivo de fortalecer a EPE. O **Presidente do CONCEPE, LUIZ CARLOS SILVEIRA GUIMARÃES** se comprometeu a manter contato com todos, visando a elaboração da pauta da próxima reunião.

Encerramento. Nada mais havendo a tratar, o **Presidente do CONCEPE** agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião da qual eu, **DENILVO MORAIS**, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada na próxima reunião do Conselho, será assinada pelo Presidente do CONCEPE e por mim.



Luiz Carlos Silveira Guimarães
Presidente



Denilvo Morais
Secretário